

O sertão brasileiro e o conceito de civilização e barbárie no imaginário social do século XIX

César Augusto Neves Souza

Graduado em História pela
Universidade Federal do
Tocantins.

Resumo: Este texto tem por objetivo analisar a distinção de civilização e barbárie no imaginário social do século XIX. Os trabalhos estudados para a composição do presente texto foram dos autores: Maria Elisa Noronha de Sá Mäder, cujo o título é *Civilização e barbárie: a representação da nação nos textos de Sarmiento e do Visconde do Uruguai*; Luiz Francisco de Albuquerque Miranda com o artigo *O sertão dos viajantes*; e o texto de Ivo Coser *Civilização e sertão no pensamento social do século XIX*. O texto está dividido em três momentos, a saber: introdução, um breve passeio histórico sobre o pensamento europeu acerca dos povos da América, e conclui com a dicotomia civilização e barbárie entre o litoral e o interior do Brasil.

Palavras-chave: Barbárie; civilização; sertão.

The Brazilian backlands and the concept of civilization and barbarism in the social imaginary of the nineteenth century

Abstract: This text aims to analyze the distinction between civilization and barbarism in the social imaginary of the nineteenth century. The works studied for the composition of this text were the authors: Maria Elisa de Sá Noronha Mäder, whose title is *Civilization and barbarism, the nation's representation in Sarmiento and Uruguay Viscount texts*; Luiz Francisco de Miranda Albuquerque with article *The backcountry travelers*; and the text of Ivo Coser *Civilization and hinterland in the social thought of the nineteenth century*. The text is divided into three stages, namely: introduction, a brief historical tour of European thought about the people of America and concludes with the dichotomy civilization and barbarism between the coast and the interior of Brazil.

Keywords: Barbarism; civilization; backcountry.

Introdução

O sertão era um lugar misterioso para quem morava nas cidades litorâneas no século XIX. A construção da identidade brasileira perpassa pela questão fundamental da diferença entre o estereótipo de sertão e o estereótipo de litoral. E os habitantes do sertão figuravam como a representação do desconhecido. Neste escopo, o sertão ocupa no imaginário da sociedade oitocentista uma posição mitológica, ou para os citadinos, o terreno do fabuloso. O sertão brasileiro é um lugar pelo qual revela o desconhecido e a incerteza.¹ Deste modo, o interior do Brasil ganhou um *status* tanto de marginalidade como de um lugar enigmático. E em pleno século XIX o sertão ainda representa um ambiente onde a produção econômica é parva, insuficiente para gerar grandes lucros, em que os ataques indígenas são constantes. Assim sendo, este trabalho tem por objetivo analisar a distinção de civilização e barbárie no imaginário social do século XIX. Os textos e artigos citados para fundamentação deste trabalho foram de Maria Elisa N. de Sá Mäder, Ivo Coser e Luiz Francisco A. Miranda.

O século XIX foi profundamente caracterizado pelo ideal do progresso científico, amparado pela filosofia positivista. Isto fez com que o Brasil eminentemente rural passasse a ser visto perante os olhares europeus como sinônimo de atraso. E esse atraso teria no sertão seu maior símbolo, portanto, era preciso civiliza-lo. Até mesmo a literatura e a opinião pública eram influenciadas pelo conceito de modernidade oriundo do progresso científico, ao ponto de tais conceitos servirem de pano de fundo para praticamente todos os discursos pronunciados e publicados durante os oitocentos, por meio de autoridades políticas, matérias jornalísticas e relatórios científicos sobre o Brasil.

Todo este imaginário sobre o sertão teve suas raízes em uma série de precedentes históricos que vêm desde os primeiros projetos de chegada do europeu à América. A natureza exótica do Novo Mundo foi classificada pelos europeus como selvagem e inóspita. Esta classificação também é devido ao tipo de espécies que aqui viviam, consideradas débeis. Maria Elisa Noronha de Sá Mäder, em sua tese *A civilização e a barbárie*, traça um histórico do imaginário Europeu acerca do Novo Mundo, e nos convida a conhecer os atuais conceitos que diferenciam ou separam o

¹ O interior do Brasil conhecido como sertão não era de modo algum homogêneo. Não buscamos neste texto caracterizá-lo, mas antes, de forma geral analisar o pensamento sobre o sertão e seus moradores como bárbaros e rudes. Não se tem como propósito relatar as diferenças dentro deste interior.

civilizado do bárbaro, que tiveram suas origens antes da chegada do europeu a este continente. A tese da historiadora Mäder contribuiu de forma vultosa para o presente texto. Ela analisa o conceito de nação e de identidade nacional a partir da dicotomia civilização versus barbárie como eixo central, tomando como ponto de partida as representações do olhar estrangeiro sobre as Américas.

Sobre os conceitos de barbárie e de civilização foram utilizados o Dicionário composto pelo padre d. Rafael Bluteau e reformado por Antônio de Moraes Silva em Lisboa, em 1789. E o Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa de Luiz Maria da Silva Pinto, de 1832. Acreditamos ser usual e oportuno a citação dos mesmos, a fim de compreender os conceitos de barbárie e de civilização para a época, evitando sobretudo incorrer em anacronismos. O artigo do cientista social Ivo Coser, da Universidade Federal do Rio de Janeiro, no qual discute o sertão e a civilização no pensamento social do século XIX, também foi de grande valor para este trabalho. Do mesmo modo, o artigo de Luiz Francisco de Albuquerque Miranda, pois em seu estudo é abordada a presença dos viajantes naturalistas no sertão brasileiro, e analisados os discursos e as considerações que estes fizeram sobre o sertão. Dentre alguns tópicos pode-se observar que as leituras feitas por esses cientistas eram orquestradas pelas diferenças que variavam entre o civilizado e o bárbaro, entre o moderno e o atrasado.

Além das fontes bibliográficas citamos o jornal Diário Fluminense² que emitia as decisões políticas de d. Pedro I. Buscamos neste jornal apenas duas citações com o intuito de somente manifestar que a dicotomia sertão/barbárie e litoral/civilizado povoava grande parte da mentalidade do século XIX.

Este artigo se estabelece no entreposto do pensamento sobre a civilização e barbárie no imaginário social do século XIX, uma vez que o pensamento social sobre o sertão era sustentado no estereótipo de que moradores do sertão não eram civilizados. O caminho percorrido foi a pesquisa de cunho bibliográfico e análise de duas matérias publicadas no jornal Diário Fluminense. Procurou-se, como pano de fundo, trilhar pelas correntes da história cultural como suporte teórico nos quais serviram de bases para a construção do presente texto. Por essa via, utilizamos as reflexões do historiador Roger Chartier como base para a fundamentação. Embora não seja citado diretamente, sua leitura muito contribuiu para a reflexão. Como diz o historiador; as ideias compõem o

² Diário Fluminense era um periódico pertencente ao Partido Conservador, criado durante o reinado do imperador d Pedro I. Defendia os interesses da Monarquia e publicava os atos do governo imperial. Vigorou de 21/5/1824 a 24/4/1831. O objetivo era atacar os jornais de cunho liberal como o Aurora Fluminense.

imaginário coletivo representando, por conseguinte, um mundo social e uma comunidade imaginada (CHARTIER, 2002).

Antes de entrarmos diretamente no tema foi feito um breve histórico que resgata a chegada do europeu e o imaginário que este tinha sobre o povo que aqui habitava.

Antecedentes históricos

O grupo de ideias que gravitavam sobre o conceito de civilização e de barbárie no sertão brasileiro remete-nos a um passado histórico que antecede a chegada de Colombo à América. Esta dualidade esteve presente tanto nos relatórios de viajantes naturalistas como nos relatos de missionários que estiveram no novo continente (MADËR, 2006). A literatura da época tecida pela tradição romântica vai retratar a natureza do Novo Mundo como selvagem e não humano. O Novo Mundo, portanto, se apresenta perante o europeu como um enigma que precisa ser decifrado.

O naturalista e matemático Georges-Louis Leclerc, conhecido sob o título de Conde de Buffon,³ formulou uma tese que aferia a ‘debilidade’ e a ‘inferioridade’ dos povos ameríndios. Descreve que as espécies de animais presentes no continente americano são inferiores e mais frágeis do que as da Europa. Segundo sua tese, o clima dos trópicos era hostil ao desenvolvimento dos animais e dos homens. A ausência de animais de grande porte em sua vasta natureza seria para o naturalista como um sinal de debilidade e de enfraquecimento orgânico. Buffon não foi mais radical do que Cornelius de Pauw.⁴ Este apresentou o homem americano não apenas como um ‘imaturo’, mas como um degenerado, obra de uma maldição divina e portador de uma natureza anêmica.

O naturalista alemão Alexander Von Humboldt em sua visita à América reconhece a complexidade das variedades presentes na natureza do continente. E desta forma contrapõe as ideias de Buffon e de Pauw. Humboldt ressalta a forte ligação do nativo para com a natureza, e conclui não haver parâmetros que estabeleçam uma escala hierárquica entre o homem europeu e o ameríndio. Por este motivo, pensar a natureza

³ Buffon influenciou cientistas como Lamarck e Charles Darwin. E pensava que o nativo do Novo Mundo era ‘débil’ e ‘imaturo’ devido a não ter submetido a natureza ao seu favor, deixando-a intacta. Ele adotou o conceito de Montesquieu que defendia que o europeu e o asiático eram mais civilizados por habitarem em climas mais temperados. Enquanto nas Américas, o clima dos trópicos favorecia todos os tipos de desvios negativos.

⁴ Cornelius de Pauw, filósofo e geógrafo, foi um clérigo. Nasceu em 1739, em Amsterdã. Ele reduz os americanos a povos sem história e impossibilitados de saírem do estado selvagem.

como um obstáculo para o desenvolvimento de muitas espécies, como fora relatado pelos viajantes Buffon e Pauw, não constitui, para Humboldt, degeneração. Seus escritos acabaram por atribuir uma identidade natural ao homem americano, conferindo assim uma relação entre o homem e a natureza.⁵

O pensamento europeu sobre a identidade do nativo valorizou a ligação que este tinha com a terra e com suas tradições históricas. Pois, se o passado pré-colombiano remetia aos olhos do europeu a ideia obscurantista de atraso sem muitas glórias, diferente dos matizes iluministas da Europa, restava-lhes atribuir ao Novo Mundo o orgulho das belezas naturais (MADËR, 2006). A natureza dentro desta concepção de mundo torna-se um componente fundamental na construção da identidade cultural e ética do nativo americano.

Alexis de Tocqueville observa, no primeiro volume de *A democracia na América*, que foi o alto grau de civilização da América do Norte que pôs um termo à barbárie dos povos primitivos. Por este motivo, os Estados Unidos seriam uma referência para toda a América. Tocqueville, ao escrever sobre o espaço privilegiado em que os Estados Unidos foram formados, relata que os americanos do Norte tinham a natureza ao seu favor.⁶ Engrandece o fato pelo qual o americano possuía todos os meios para a prosperidade. Entretanto, diz que os europeus ao chegarem ao Novo Mundo o encontraram vazio.⁷ A natureza que antes era considerada como enigma agora passa a ser apropriada pelo colono inglês.

A América do Norte é para os americanos como um paraíso escolhido por Deus, uma dádiva do Criador, como os “primeiros dias da Criação”. E acrescenta:

Nesse estado, ela não se oferece mais ao homem isolado, ignorante e bárbaro das primeiras idades, mas ao homem já senhor dos mais importantes segredos da natureza, unidos aos seus semelhantes e instruídos por uma experiência de cinquenta séculos (TOCQUEVILLE, 2005, p. 329).

Tocqueville ao exaltar a grandeza dos Estados Unidos firma seu discurso entre o conceito de civilização e barbárie, por isso, avalia a América como um território vazio,

⁵ Ver a obra *Facundo*, de Alexander Von Humboldt.

⁶ Deste modo, a natureza dos trópicos, que antes da colonização europeia era visualizada como degenerada e desconhecida, passa a ser para os Novos Estados do Novo Mundo como um meio de construção nacional.

⁷ Do termo ‘continente vazio’ subtende-se a ausência do modelo civilizador europeu.

ou quando muito, habitado por tribos errantes sem interesse em explorar as riquezas naturais. Como na citação: “Mas a América do Norte era habitada apenas por tribos errantes que não pensavam em utilizar as riquezas naturais do solo” (TOCQUEVILLE, 2005, p. 328). E mais adiante pontua o caráter isolado, ignorante e bárbaro do nativo americano, alheio ao modelo de civilização europeu e à religião cristã.⁸ E, além disso, a presença dos índios era vista como nula, pois mesmo com a presença deles, Tocqueville escreve que o novo continente se encontrava como nos primeiros dias da criação. Ou seja, era a falta da civilização europeia que caracterizava a região como desértica ou como território vazio.

O mesmo conceito vai estar presente no artigo do professor Luiz Francisco de Albuquerque Miranda.⁹ Em seu texto *Viajantes no início do século XIX*, ele vai retratar as representações do sertão descritas pelos cientistas europeus, em que distante do mundo urbano o viajante é tomado por um profundo sentimento de nostalgia e angústia (MIRANDA, 2008), pois no sertão a percepção do tempo não era igual à rotina da cidade, em que o movimento das pessoas, dos transportes e do trabalho cadenciava o ritmo da vida urbana. A vida campestre era diferente; o sertanejo saía de sua casa, partia para a roça, limpava o terreno e preparava-o para o plantio. Esperava pacientemente a semente germinar e acompanhava o crescimento para finalmente colher o fruto. Este processo proporcionava ao estrangeiro uma sensação de lentidão interminável, assim como o sistema econômico preponderantemente baseado nas trocas comerciais seguia a passos lentos.

Sertão bárbaro e litoral civilizado no Brasil

No decorrer do século XIX, os políticos da capital do Império brasileiro fomentaram diversos debates acerca das diferenças entre a cidade e o sertão. Este dualismo, evidente nos discursos políticos, que atribuía o perfil de civilidade aos moradores da cidade e o de rudeza ou barbárie aos moradores do sertão, fez parte do imaginário social dos tempos imperiais. As discussões políticas deste período giravam basicamente em torno destes dois eixos.

⁸ Segundo Mäder a natureza era para os Estados latinos-americanos como ‘escopo’ de uma nação imaginada. Podemos ver isso no caso dos Pampas como identidade de uma região. Também podemos aventurar que essa mesma utilização da paisagem natural como fator constitutivo da construção nacional esteve presente em nossa literatura política, desde as matérias publicadas em jornais sobre o sertão brasileiro até obras publicadas por autoridades políticas ao longo do século XIX.

⁹ Luiz Francisco de Albuquerque Miranda é professor pela Universidade Federal de São João Del Rei.

Em consulta ao Dicionário da Língua Portuguesa do ano de 1789, a palavra ‘civil’ significa “aquele que pertence à cidade; e que vive sob certas leis que regulam as ações dos homens enquanto cidadãos e como membro do Estado secular”. A palavra sertão significa “longe ou contrário de marítimo, no coração das terras”. Convém consultar também o Dicionário da Língua Portuguesa publicado no ano de 1832. Neste, a palavra ‘civilidade’ denota urbanidade, civil é o homem que pertence à cidade e vive, portanto, debaixo de certas leis. A palavra ‘bárbaro’ significa aquele que não tem civilidade, é cruel e desumano.

Em 1831, o padre Diogo Antônio Feijó assinalava que “Os cidadãos proprietários e industriais, esses por sua vez, constituem a massa mais rica e populosa do Império” (COSER, 2005, p. 239). Ora, os moradores dos espaços urbanos, vinculados ao sistema trabalhista, eram chamados de industriais e, por conseguinte, mantenedores da ordem, pois as leis que regem o trabalho produzem no trabalhador uma disciplina de horários, de costumes e de apego aos bens. Na contramão deste contexto se encontram os moradores do sertão apontados como desordeiros que se envolviam em conflitos armados ou que viviam a seu bel prazer. Sertão era o refúgio dos criminosos e dos fugitivos. Assim apontava Evaristo da Veiga: “Os vagabundos que ameaçavam os bens” (COSER, 2005 p. 239).

A presença do comércio, fábricas e dos órgãos públicos instituía uma rotina de horário e de disciplina nos trabalhadores das cidades litorâneas. Os locais de encontro, como praças, bares e igrejas, fortaleciam a troca de informações e os laços de interesses entre os cidadãos. Ser civilizado era possuir modos urbanos, assim como ser educado, polido e comedido nas palavras e nos gestos. O termo civilizado era concebido como um adorno que uma pessoa acrescentava ao seu espírito. A partir deste paradigma, o homem do sertão representa o sentido contrário, posto que se refere ao homem áspero, bárbaro, que não se guiava por laços de interesses a grupos sociais, políticos e trabalhistas.

No ano de 1832, o ministro da Justiça Honório Hermete escreveu que os conflitos armados são os maiores problemas do Império. Para este político, a falta de hábitos urbanos e de uma rotina inerente à vida civilizada das grandes cidades eram as principais causas da existência de revoltas ‘populares’. Como aconteceu, por exemplo, na revolta da Cabanagem, formada em sua maioria por guerrilheiros de classes baixas. Deste modo, os conflitos eram muito mais falta de civilidade do que realmente as “causas” que estariam na própria conjuntura política e social do conflito.

A dualidade civilização/barbárie esteve presente nos debates do ministro da Justiça Visconde do Uruguai,¹⁰ adepto do Partido Conservador e defensor de uma política centralizadora. Em 1841, o Visconde elaborou um relatório que descreve a existência de duas sociedades no Brasil, a do litoral e a do interior. Visconde do Uruguai afirmava sobre a administração pública: “As atribuições no poder central é a melhor solução quando as localidades são bárbaras” (COSER, 2005, p. 237). Ele diagnosticava que o estilo de vida peculiar ao homem do sertão diferenciava-os das cidades marítimas. E, em virtude disso, a descentralização do poder viria a acentuar as disputas locais, uma vez que o sertanejo não estava ajustado às regras sociais da civilidade. Entrementes, o sertão não poderia compartilhar de um regime administrativo de participação popular.¹¹

As fronteiras que separavam as duas sociedades, do litoral e do interior, provocavam entre si uma distinção de tratamentos, visto que até mesmo a Guarda Nacional se sujeitava a tratamentos desiguais. Os moradores do litoral por possuírem propriedade e por pertencerem a diferentes grupos sociais, induziam a Guarda Nacional a desempenhar um papel mais cordial do que uma possível solução de conflitos no sertão. Justamente era o valor ao trabalho e à propriedade que promovia uma cultura de manutenção da ordem e de pessoas civilizadas, conforme o entendimento da época. O apego à propriedade levava-os a manter e zelar pela ordem. Como segue o comentário de Coser:

Podemos considerar que a civilização, os hábitos do trabalho e o amor à propriedade disciplinam os indivíduos, tornando-os desejosos da manutenção da ordem. Situação que fala de perto que estão inseridos no mundo dos interesses. Os elementos da desordem estariam relacionados àqueles indivíduos estáveis, seja com o trabalho, seja por não possuírem trabalho (COSER, 2005, p. 240).

A visão do sertão como um lugar ausente de regras preocupou as elites políticas do século XIX. Elas percebiam que a ausência do Estado como órgão regulamentador consistia em obstáculo ao processo civilizatório da nação. E apenas com sua presença

¹⁰ O verdadeiro nome do Visconde do Uruguai era Paulino José Soares de Sousa. Publicou obras como: *Estudos práticos sobre a administração das províncias do Brasil*, Tomo I e II; *Direito administrativo*, entre outros.

¹¹ Opondo-se ao pensamento conservador, os liberais defendiam a descentralização do poder e de algumas leis.

efetiva e acompanhada de uma economia que visasse o lucro e trouxesse o desenvolvimento iria, portanto, promover uma disciplina interna nas massas consideradas ociosas e sujeitas às paixões animais. Para Honório Hermeto, era a ausência desta disciplina que fomentava o ânimo dos participantes das revoltas ocorridas no período regencial:

No pensamento político do século XIX, uma parcela considerável dos habitantes do sertão não está influenciada pelos efeitos do trabalho; essa massa de habitantes, como não está submetida a uma atividade econômica regular, sofre a influência de ódios e paixões desencontradas (COSER, 2005, p. 240).

Os laços sociais baseados no sistema de interesses e na manutenção da propriedade eram os divisores que separavam o perfil do homem civilizado (da cidade) e do homem selvagem (do campo). É por esse ângulo que o Visconde do Uruguai adotou a postura de ser contrário à formação de partidos e às disputas eleitorais no sertão, tendo em vista que apenas acirraria as disputas entre famílias.¹²

Em 1825, o padre Amaro publica uma carta de Americus no jornal Império do Brasil: Diário Fluminense (1825a), que tinha como teor tratar sobre a necessidade de um júri popular. Ao divulgar a carta, não deixa de fazer referência às diferenças atenuadoras entre civilização e sertão. Afirma que:

Primeiramente é inegável que a civilização dos distritos interiores brasileiros não tem proporção alguma com as das cidades marítimas; o sertão é pela maior parte povoado de caboclos, onde quem apenas lê é o Vigário e o Barbeiro e o Escrivão.

O jornal segue afirmando que as populações mais remotas do Império eram formadas em sua maioria por pessoas iletradas. Não compreendiam o significado de

¹² Não é o objetivo proposto por esse trabalho se deter em questões de centralização ou descentralização do poder. No entanto, para ter uma abrangência maior do período em questão sempre é útil adquirir maiores informações. Então pode ser uma dica importante verificar as concepções políticas de Francisco Lisboa, o Timon, que afirmava que em regiões menos desenvolvidas o sistema partidário seria um instrumento nocivo. E que fortaleceria a rivalidades de mandos políticos locais (Cosser, 2005, p. 241).

crime, e sequer possuíam discernimento do que era justiça. A publicação no jornal é o reflexo do imaginário social do século XIX.

A diferença entre civilização e barbárie estava presente nos discursos de autoridades políticas (Diário Fluminense, 1826b), de modo a compreender as razões do comportamento que teciam a natureza do homem sertanejo, apostilado de bárbaro e rude pelos intelectuais do século XIX. Conforme o historiador Capistrano de Abreu, o português do século XV que chegou à Colônia era oriundo das regiões serranas em Portugal. Possuía um gênio independente, livre das instituições burocráticas naturais à vida urbana. Era sobretudo de natureza rude e áspera.¹³ Levava uma vida laboriosa, e era predisposto à superstição e ao misticismo. Desta forma, não estava sujeito à disciplina do trabalho de acordo com os padrões da vida urbana. A sua linguagem era desprovida de metáforas e de eufemismos (CAPISTRANO, 1998, p. 53). Capistrano de Abreu ainda acrescenta:

Com a rudeza de costumes que assinala aqueles tempos, a segurança da própria pessoa, família e haveres dependia em grande parte da força e energia individual; daí frequentes homizios, agressões, feridos e mortes habituavam à contemplação da violência e da dor, infligida ou recebida. O espetáculo de penar não repugnava, porque ninguém tinha em muita conta o padecimento físico (Ibidem, 1998, p. 54).

É possível analisar que as leis civis que regulamentam as ações do homem urbano não eram a tônica principal dos laços que uniam os portugueses destas regiões montanhosas. Sujeitos a criarem as próprias regras, tornava-se fácil o surgimento de desavenças e conflitos. Os litígios eram periódicos. A dor e a morte compunham o cenário camponês. E ainda mais: “A dureza de têmpera correspondia extensamente um aspecto agreste, a força muscular era tida em grande apreço” (CAPISTRANO, 1998, p. 54). Tal comportamento ganhou maior expressão com a chegada do negro, igualmente um “alienígena” em terras americanas, e que serviu para acentuar a distinção com o

¹³ Capistrano de Abreu usou o termo fagueiro e abstêmio para designar o português do século XV. Para traçar esse perfil se fundamentou na obra de Francisco Miranda da Costa Lobo, doutor em matemática pela Universidade de Coimbra, membro da academia de Ciências de Lisboa. Informações obtidas do site: <<http://www.mat.uc.pt/~helios/Mestre/H31esfer.htm>>. Acesso em: 20 ago. 2015.

homem urbano. Esta junção corroborou ainda mais o conceito sobre o sertanejo como um homem bárbaro.

O conceito de civilização associado ao ideal de progresso e liberdade era procedente do pensamento europeu e bastante presente nos intelectuais da época imperial (SEVCENKO, 1983),¹⁴ especialmente o padrão civilizatório da França. Este arquétipo foi importado com força para o Brasil, como um exemplo de desenvolvimento para a humanidade.¹⁵ Este modelo aguçou ainda mais as diferenças entre o homem urbano e o homem do sertão.

O pensamento social brasileiro elaborado sobre o sertão e o sertanejo foi escrito por intelectuais que moravam no litoral. Narrar é um modo de atribuir ao outro um aporte de significados. Desta maneira, muito do que se conhece sobre sertão¹⁶ é a partir de quem estava fora dele (CASTANHEIRA, 2008), até mesmo a etimologia do termo ‘sertão’ é um conceito conferido pela metrópole como algo longe, no “coração das terras”. Ou seja, não é um conceito que nasce de dentro, de sua gente. As terras interioranas do Brasil representavam o desconhecido e o incontrolável. Como bem explica Candice Vidal:

Uma leitura extensa dos discursos sobre o sertão e sobre sertões particulares deixa-nos o registro desses lugares e comunidades como cenários onde se marca uma diferença. Para se dizer sobre o sertão ou sobre sertões, o narrador recorre à comparação e à diferenciação com lugares e modos de viver que se vê como não sertão. A localização e a descrição do que é e do que não é sertão consiste no ato de nomear diferenças e de tentar impô-las como princípios de divisão e classificação do espaço nacional (VIDAL E SOUSA, 2010, p. 108).

Quando se pensa em lugares que recebem a prerrogativa de sertão, é proposta uma fronteira interna no Brasil que separa o moderno do atrasado, o civilizado do

¹⁴ Embora o livro se preocupe com os episódios da primeira República. O conceito de civilização estava presente tanto nos discursos de autoridades políticas como no imaginário social, e já se arrastava muito antes deste momento. Por isso, julgamos ser salutar a citação indireta da obra.

¹⁵ O historiador Mário Maestri, em seu livro *Escravidão no Brasil*, fala sobre o advento do pensamento francês no Brasil e seus reflexos tanto nos costumes, no modelo de pensamento, como até mesmo na arquitetura das casas.

¹⁶ Não é objetivo deste trabalho se aprofundar na polissemia que envolve a palavra sertão, e sim nos adjetivos que eram atribuídos aos moradores do sertão.

bárbaro, o litoral do sertão, e assim por diante. Por esta ótica, tudo que remete ao espaço urbano e civilizado é conceituado como moderno. E, deste modo, um modelo a ser exportado ao sertão reconhecido pela barbárie.

Referências bibliográficas

ABREU, João Capistrano de Abreu. *Capítulos de história colonial*. 2. ed. Brasília: Ed. UnB, 1998.

BLUTEAU, D. Rafael. Dicionário da Língua Portuguesa. Reformado por Antônio Morais Silva. Tomo 1. Lisboa: Oficina de Simão Taddeo Ferreira, 1789. Disponível em: <<http://www.brasiliana.usp.br/bbd/search?&fq=dateissued.year%3A1789>>. Acesso em: 15 ago. 2015.

CASTANHEIRA, Kátia Alves de Araújo. A construção do sertão e os processos identitários: aproximação teóricas. *III Simpósio Nacional Discurso, Identidade e Sociedade (III SIDIS) – Dilemas e desafios na contemporaneidade*, 2012 Disponível em: <http://www.iel.unicamp.br/sidis/anais/pdf/CASTANHEIRA_KARLA_ALVES_DE_ARAUJO_FRANCA.pdf>. Acesso em: 24 ago. 2015.

CHARTIER, Roger. *A história cultural: entre práticas e representações*. 2. ed. Lisboa: Difel, 1987.

COSER. Ivo: Civilização e sertão no pensamento social do século XIX. *Caderno CRH*, Salvador, v. 18, n. 44, p. 237-248, mai.-ago. 2005. Disponível em: <<http://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=3&ved=0C CYQFjAC&url=http%3A%2F%2Fwww.cadernocrh.ufba.br%2Finclude%2Fgetdoc.php%3Fid%3D840%26article%3D51%26mode%3Dpdf&ei=1QifVf3TDsOyeMSEp-gJ&usg=AFQjCNEjkSGsGqWvs4gpY0sp0DMB600QFA&sig2=VPIukxcbOaDF83ailFaphA>>. Acesso em: 9 jul. 2015.

IMPÉRIO DO BRASIL: DIÁRIO FLUMINENSE. Rio de Janeiro, v. 6, n. 15, 11 jul. 1825^a. Disponível em:

<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=706744&PagFis=619&Pesq=Civiliza%C3%A7%C3%A3o>>. Acesso em: 11 jul. 2015.

IMPÉRIO DO BRASIL: DIÁRIO FLUMINENSE. Rio de Janeiro, v. 8, n. 28, 3 ago. 1826b. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=706744&PagFis=1867&Pesq=Sertanejos>>. Acesso em: 20 jul. 2015.

MÄDER, Maria Eliza Noronha de Sá. *Civilização e barbárie: a representação da Nação nos textos de Sarmiento e do Visconde do Uruguai*. Tese (História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2006. Disponível em: <http://www.historia.uff.br/stricto/teses/Tese-2006_MADER_Maria_Elisa_Sa-S.pdf>. Acesso em: 10 set. 2015.

MAESTRI, Mario. *O escravismo no Brasil*. São Paulo: Atual, 1994.

MIRANDA, Luiz Francisco Albuquerque de. O sertão dos viajantes. In: *XIX Encontro Regional de História: Poder, Violência e Exclusão*. Anais... São Paulo, 2008. Disponível em: <<http://www.anpuhsp.org.br/sp/downloads/CD%20XIX/PDF/Autores%20e%20Artigos/Luiz%20Francisco%20Albuquerque%20de%20Miranda.pdf>>. Acesso em: 1º nov. 2015.

PINTO, Luiz Maria da Silva. *Dicionário da Língua Portuguesa*. Ouro Preto: Tipografia de Silva, 1832. Disponível em: <<http://www.brasiliana.usp.br/bbd/handle/1918/02254100#page/984/mode/1upem>>. Acesso em: 15 ago. 2015.

SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na primeira República*. São Paulo: Brasiliense, 1983.

VIDAL E SOUSA, Candice. O sertão amansado. *Sociedade e Cultura*, Goiânia, v. 13, n. 1, p. 101-110, jan.-jun. 2010. Disponível em

<www.revistas.ufg.br/index.php/fchf/article/download/11177/7340>. Acesso em: 1º set. 2015.

TOCQUEVILLE, Alexis de. *A democracia da América*. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2005.